



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

UNESC CURSO DE HISTÓRIA

AUGUSTO SCARABELOT TRICHÊS

**Começos, Caminhos e Rumos: a trajetória política das mulheres em
Turvo/SC (2012 - 2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na
forma de artigo como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em História, na
Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora Prof^ª. Dra Daniela Pistorello

CRICIÚMA, NOVEMBRO 2024

AUGUSTO SCARABELOT TRICHÊS

Começos, Caminhos e Rumos: a trajetória política das mulheres em Turvo/SC (2012 - 2023)

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de artigo aprovado pela Banca Examinadora como requisito para obtenção do Grau de Licenciado/a no Curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Criciúma, 18 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Daniela Pistrello - Doutora - (UNESC) - Orientadora

Prof. Ismael Gonçalves Alves - Doutor - (UNESC)

Prof. João Henrique Zanelatto - Doutor - (UNESC)

Começos, Caminhos e Rumos: a trajetória política das mulheres em Turvo/SC (2012 - 2023)

Augusto Scarabelot Trichês

Graduando do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Dra. Daniela Pistorello

Professora do curso de História da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Resumo: As mulheres foram historicamente impedidas e afastadas de locais de poder e liderança, que só foram conquistados com muita luta e embate nos mais diversos núcleos da sociedade brasileira, sendo um deles a política. No Brasil, somente a partir do ano de 1933 elas, através de muito embate, conquistaram o direito a votar e serem votadas, em nível nacional, estadual e municipal. Neste último, podemos observar ainda um avanço um pouco mais singelo, principalmente no município de Turvo/SC, onde as mulheres participam muito tarde da política turvense. Somente no ano de 2012 que a cidade localizada no extremo sul de Santa Catarina elegerá suas duas primeiras vereadoras, e com elas os primeiros embates políticos e sociais dentro da câmara de vereadores entre elas e os homens apareceram. As mulheres estão até o presente na legislatura turvense, e nesse contexto atual, elas possuem pontos de vista diversos sobre a participação feminina dentro da política municipal. O trabalho em questão busca observar e compreender as visões de três mulheres sobre o cenário político da cidade, além de, através de entrevistas, buscar conexões entre as falas e experiências vividas por cada uma, a fim de entender como se constituiu a luta político partidária da mulher dentro de Turvo/SC.

Palavras-chave: Turvo/SC, Mulheres, Política, Vereadoras,

1. Introdução

Um dos marcos do processo de independência política das mulheres são as eleições de 1933, contexto no qual elas, pela primeira na História do Brasil, puderam votar e serem votadas¹. Ainda vistas como incapazes e frágeis demais para a política, “as mulheres tiveram um lugar determinado por uma relação assimétrica que por muito tempo reservou-as ao silêncio”

¹Direito que foi conquistado com uma longa luta pelas sufragistas brasileiras, e não apenas algo concedido pelo estado brasileiro. Lembrar das eleições de 1933 é marcar uma conquista de muito enfrentamento e resistência.

(AMORIM, 2014), o que fazia com que uma parcela da população, majoritariamente masculina, considerasse que elas não poderiam participar desse processo. Segundo a pesquisadora Marla Andrade Amorim:

há partidos que constituem diretorias exclusivas para mulheres, isso não significa que esse mesmo partido invista na formação de mulheres. Muitas vezes essas diretorias acabam sendo guetos de segregação sexista, onde participam somente mulheres e os homens se excluem do debate por acharem, erroneamente, que essa questão não lhe diz respeito. (AMORIM, 2014)

Salientamos ainda que o ato de cuidar do lar, seja dos filhos ou da casa, não era considerado e, por muitos ainda não é, um trabalho, justamente pelo fato de que ele é majoritariamente executado por mulheres devido a desorganização nas divisões laborais presentes na sociedade brasileira. As pesquisadoras Giovana Salvaro e Larissa Bianco(2023), observaram que “a incorporação feminina no mercado de trabalho ocorreu sem a devida reorganização das responsabilidades relativas a atividades na esfera da reprodução social, que continua sendo assumida principalmente – ou de forma quase que exclusiva – pelas mulheres”

A partir do ano de 1995, por meio de um projeto de lei² assinado por mais de 30 deputadas lideradas pela Deputada Marta Suplicy, foi proposto que cada partido deveria possuir uma porcentagem fixa de mulheres concorrendo ao pleito. A primeira ideia era que 30% do pleito fosse composto por mulheres, o que não aconteceu. Ao invés disso foi aprovada a Lei de Cotas de gênero, número 9.100/1995, propondo que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidos por candidaturas de mulheres” (BRASIL, 1995) . Apesar de não contemplada a porcentagem almejada, foi um marco histórico e uma conquista, que inclusive se refletiu nas propostas partidárias, pois “obrigou os partidos a incorporar em seus discursos preocupações com questões femininas”. (MASCHIO, 2003, p. 1)

Uma das mudanças feitas anos após a aprovação da lei de cotas, foi a de 2012, na qual foi implementada um novo valor para as cotas femininas. A partir desse ano, os partidos deveriam ter um mínimo de 30% de candidatas participando do pleito, muito embora isso não tenha alterado o aumento da participação das mulheres nas eleições municipais em números, tampouco alterado os dados em nível nacional. De acordo com Araújo (2016, p. 42), “o aumento considerável de candidaturas em 2012 e em 2014 manteve a eleição estagnada, e revelou que, proporcionalmente, a taxa de sucesso das mulheres decresceu.”

O aumento no número de mulheres nos pleitos previsto na Lei 9.100/1995 prevê apenas para que haja uma obrigatoriedade no número de mulheres, porém esse projeto não se fez valer

² Lei n. 9.100 de 29 de setembro de 1995. Art. 11, parágrafo 3, dirá que “vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.

quando comparamos com o número de candidaturas que resultam em eleições, isso não apenas em âmbito nacional, mas também estadual e municipal.

De acordo com o Inter-Parliamentary Union - IPU, órgão internacional que pesquisa e mede a participação feminina em diversos parlamentos pelo mundo, as mulheres representam apenas 17,5% do parlamento nacional brasileiro.

É o caso da política da cidade de Turvo/SC, cidade localizada no extremo sul de Santa Catarina, no qual as mulheres estão menos presentes em diversos âmbitos da política, normalmente atuando em poucas áreas de liderança dentro das prefeituras e principalmente da câmara de vereadores e das mesas diretoras municipais.

Num aspecto mais geral, pode-se entender política através de Hanna Arendt como “A convivência entre diferentes”, enfatizando uma relação social, onde a simples vivência entre pessoas de pensamentos ou visões opostas já seria enquadrado como uma relação política.

Mas também, e agora de uma maneira mais específica, é possível enquadrar a política a nos termos de Norberto Bobbio como “atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, têm como termo de referência a pólis, ou seja, o Estado”, trazendo aqui uma relação mais partidária da política, vinculado a partidos políticos e com uma relação direta com o poder.

Isso acaba por se refletir nas câmaras por todo o país, como na cidade de Turvo que, ao longo de sua história, pensada aqui a partir de sua emancipação em 1949 até 2020, ano da última eleição municipal, elegeu apenas 2 mulheres para a cadeira de vereadora, o que representa 2,5% de todos os candidatos já votados na história das eleições do município. Salientamos, que esse dado contempla apenas as mulheres eleitas entre as nove maiores votações, não contabilizando as suplentes.

A primeira mulher eleita foi Maria Terezinha Trichês Bendo, suplente nas eleições de 1996 pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, antiga sigla do Movimento Democrático Brasileiro - MDB. Apesar de não ser a primeira a se candidatar, foi a primeira que conseguiu alcançar pleito suficiente para participar da legislatura municipal. Desde a eleição onde Maria foi candidata, apenas no período entre 2005 a 2008 nenhuma mulher foi eleita para participar da legislatura do município. Porém foi apenas no ano de 2012 que as mulheres demarcaram sua presença na câmara, quando no mesmo ano se elegem 5 mulheres (2 vereadoras e 3 suplentes), e pela primeira vez, não somente uma mulher, mas duas, Cleonice Silvano-PMDB e Gizeli Baesso-PMDB, estavam entre as 9 principais figuras da legislação turvense.

Partindo da presença feminina na câmara de vereadores e dos dados apontados por Araújo (2016) e Maschio (2003), a questão que norteia o artigo é: Como as questões relacionadas à história das mulheres em Santa Catarina estão presentes na política de Turvo/SC?

A história das mulheres é aqui analisada através da ótica de Mary Del Priore, onde em seu livro intitulado “História da Mulheres no Brasil” ela irá dizer logo na apresentação que, “A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, de mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos”. Esse trabalho de pesquisa vai ao encontro dessa perspectiva na medida em que essas mulheres estão em meio a um contexto que produziu suas formas de pensar, agir, ser e estar na sociedade.

Dessa forma, o objetivo geral é analisar a atuação das mulheres na política de Turvo. Como desdobramentos desse objetivo, pretendemos também compreender, como objetivos específicos: a) Entender como se constitui a política partidária em Turvo e como essas mulheres desenharam suas trajetórias na política local; b) Perceber seus principais desafios na suas atuações políticas e identificar as perspectivas de futuros das mulheres nas políticas.

Essas questões se justificam levando-se em consideração que no município de Turvo/SC, em 2012 foi o único ano no qual duas mulheres foram eleitas vereadoras, ou seja, a participação nas candidaturas de mulheres foi pouco significativa na política municipal, apesar da presença feminina nos cargos de suplência, o que evidencia que ainda se encontram muito atrás do número de homens dentro da câmara municipal.

A metodologia utilizada pressupõe inicialmente o levantamento e análise de fontes documentais baseadas nas atas e documentos oficiais da câmara e a realização de História Oral. As buscas por documentos referentes à participação de mulheres durante as reuniões foram frutíferas para encontrar quais os projetos e leis propostas por elas, porém, nas atas não estavam disponíveis os discursos na íntegra sobre as leis e seu conteúdo. Isso possibilitou uma problematização sobre as suas participações e propostas, mas não o bastante. Dessa forma foi adotada também a metodologia da História Oral na qual foram ouvidas três mulheres que tiveram alguma relevância na cena política turvense.

Para a realização, foi elaborado um roteiro de 8 perguntas divididas em 3 blocos que dizem respeito aos temas referentes a suas trajetórias, conflitos e desafios; e suas perspectivas. As entrevistas foram gravadas com a utilização de um celular para serem melhor trabalhadas. Todas as entrevistadas preencheram um documento de autorização de uso de imagem e voz que concedia a utilização dessas entrevistas para compor a escrita do artigo em questão.

Além das entrevistas pautarem a pesquisa, elas serão o ponto de partida para a produção de material didático no formato de *podcasts* que servirão como ferramenta didático pedagógica para professores, alunos e pesquisadores na construção do conhecimento histórico sobre o tema.

Teoricamente o trabalho está ancorado nos pressupostos teóricos de Marla Amorim “Romper o silêncio e ocupar o poder: Uma breve análise sobre as mulheres na política e a Lei de

Cotas no Brasil” (2014) , “Mulheres e política: notas sobre abordagens e Tempo Presente” (2014) e “Quando as mulheres entram em cena na Política em Joinville - (1980-2014)” (2014); em Clara Araújo “Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática” (2016), em Ricardo da Costa e Rogério Gonçalves “Participação da mulher na política brasileira” (2021), além de outras obras, relacionadas aos temas de história oral e mulheres na política.

Para responder às questões propostas, o artigo será organizado em dois momentos. O primeiro trata de como se constitui a política partidária em Turvo e como essas mulheres desenharam suas trajetórias na política local social.

O segundo momento, perceberemos sua atuação política, seus principais desafios, tendo em vista seu cotidiano, interações e relações com as demais figuras da política e da sociedade turvense, e, por fim, identificar novas perspectivas para as mulheres na política municipal, e os caminhos possíveis para elas bem como as possibilidades presentes para o futuro no município de Turvo.

Dos *Prometeus* às “Prometisas”: O início da política partidária turvense e a presença feminina

A história política do município de Turvo/SC nasce, oficialmente, segundo COLODEL(2016), no ano de 1949, quando o governador do estado, Aderbal Ramos da Silva (PSD - Partido Social Democrático) como forma de “vingança” (SIC)³ pela eleição de Afonso Ghizzo (UDN - União Democrática Nacional) para prefeito de Araranguá, cidade na qual o antigo distrito de Turvo pertencia. Esse ato torna Turvo um município, formando assim a primeira legislatura turvense, formada somente de homens membros do PSD, além de dois suplentes da UDN. O ato além de emancipar o município, fez com que o mesmo fizesse “as terras pertencentes a Meleiro, Timbé do Sul, Jacinto Machado e Praia Grande, passam a pertencer ao município de Turvo.” (COLODEL, 2016 p. 18)

Durante 20 anos, a cidade foi disputada entre UDN e PSD, tendo em pouquíssimos casos alguns membros do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) fazendo parte do legislativo. Essas relações de poder entre os três partidos findaram com o ato institucional n° 2 (AI-2), promulgado pelo presidente Humberto Castello Branco em 1965 durante o regime militar, onde, entre outros elementos, “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos

³ O termo “vingança” é utilizado para mostrar não só os conflitos políticos presentes, mas também como existia um poder controlador no estado, que no caso tinha influência para emancipar e criar novos municípios.

registros” (BRASIL, 1967). Com isso, a ditadura instaura o bipartidarismo, fazendo com que os membros dos partidos, agora inexistentes, tivessem que se reorganizar entre os novos partidos políticos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com essa reorganização dos papéis políticos no município, a ARENA desponta como o principal partido político, afinal era o partido governista durante uma ditadura, não era de se esperar algo diferente, e essa predominância se dará até 1979 quando entra em vigor a Lei N° 6.767⁴ que, entre outras, dava direito à criação de novos partidos políticos.

No mesmo ano, é findado o partido governista da ARENA, causando, novamente, uma “dança das cadeiras” na política turvense, tal intriga política foi aproveitada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), antigo MDB, que por motivos de legislação, foi obrigado, assim como todos os partidos a época, a utilizar o termo “Partido” no início de seu nome e sigla. O PMDB, que antes sempre estava na retaguarda da política em Turvo irá assumir as rédeas da câmara dos vereadores nas eleições de 1982, onde terá a maioria do legislativo e fixará sua influência na política da região, sendo um dos principais partidos políticos junto com o Progressista (PP). Esse por sua vez é o resultado da fusão entre dois partidos políticos durante o ano de 1995, o PDS e o PP (Partido Popular), na qual juntos formam o PPB (Partido Progressista Brasileiro), e se tornando o maior partido em atividade na política nacional. “em consequência dessa fusão a nova sigla tem sua representação na Câmara aumentada de 85 para 91 deputados, tornando-se o maior partido nesta casa” (ALMEIDA. 2005, p. 46).

O partido alterou seu nome apenas em 2004, com o objetivo de “reverter o desgaste que a sigla vinha sofrendo ao longo dos últimos anos” (ALMEIDA. 2005, p. 47). O agora Partido Progressista irá também se desvincular a imagem de Paulo Maluf, um dos fundadores e mantenedores do partido desde 1995, importante lembrar que Maluf foi um dos principais nome da ARENA durante o regime e mesmo após o findar da aliança, continuou sua carreira em partidos como o PDS, PPR e PPB.

Ao analisar a configuração política do município, pode-se perceber que existe uma divisão partidária mas que no entanto, não se reflete nas concepções ideológicas dessa divisão, principalmente porque ambos os partido navegam entre o centro ou centro-direita, não existindo em si um foco em pautas mais sociais e nas populações mais sensíveis e marginalizadas nos limites turvenses.

Nesse cenário, o município de Turvo/SC se configura politicamente com a predominância dos homens em lugares de poder dentro da câmara municipal, vide que dos 155

⁴ LEI N° 6.767, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1979, Art. 1° delimita que “A fundação, a organização, o funcionamento e a extinção dos partidos políticos são regulados por esta Lei”. O Art 2° ainda complementa que “Ficam extintos os partidos criados como organizações, com base no Ato Complementar n° 4, de 20 de novembro de 1965”.

cargos de vereadores preenchidos no município, apenas 4 foram de mulheres, o que gera uma certa indagação, afinal as mulheres configuram mais de 50% da população turvensense. Mesmo assim elas historicamente não participaram das escolhas políticas no município, sendo direcionadas ao lar e a locais dedicados ao cuidado. Segundo COSTA e GONÇALVES:

Sempre existiu essa dicotomia entre o público e o privado, onde o público era reservado aos homens e o privado que envolvia as questões do lar, de se recatar, não se mostrar, de cuidar dos filhos era dedicado à mulher, então crescer nesses espaços públicos exponencialmente masculinos, tendo direito à voz e respeito torna quase impossível para a mulher adentrar nesses ambientes que historicamente lhe foram negados. (COSTA, GONÇALVES, 2021, p. 104)

O fato das mulheres serem historicamente excluídas corrobora com o que se percebe no município de Turvo/SC, com a forte predominância de figuras masculinas nos lugares de poder, as mulheres são destinadas, historicamente, ao cuidado, como a saúde; a espaços de educação, ou recato do lar. Mas ao decorrer da história e com a luta e conquista de direitos civis, como o voto, às mulheres turvensenses veem oportunidade de adentrar nos espaços antes dominados pela figura masculina: A câmara de vereadores.

A primeira mulher a conseguir um cargo eletivo na Câmara de vereadores de Turvo é Maria Terezinha Bendo Trichês no ano de 1997, onde será eleita como suplente pelo MDB nas eleições de 1996. Porém somente no ano de 2012, Turvo terá as duas primeiras vereadoras entre as nove cadeiras do legislativo, serão elas Cleonice Lima Silvano e Gizeli Estevam Baesso, ambas do MDB. Na ocasião, Gizeli irá ser integrante da Câmara, enquanto Cleonice será indicada para Secretaria da Saúde do município, vide que a mesma já possuiu uma carreira de 25 anos na área como enfermeira e era pessoa de confiança do prefeito Ronaldo Carlessi (MDB).

Cleonice Lima Silvano é atualmente vereadora no município de Turvo/SC pelo 3º mandato consecutivo. Foi candidata pela primeira vez em 2008, onde na ocasião fez 230 votos, porém não foi eleita. Fez parte do governo municipal como secretária da saúde de 2008 até 2020. Formada em enfermagem, Cleonice possui 25 anos de experiência na área, na qual foi onde começou a despertar seu interesse sobre a política municipal:

Quando eu começo a atender as pessoas e ver algumas coisas que a gente entendia que era necessário a gente estar junto ou trabalhar para mudar, né? Algumas coisas que a gente via que a gente teria o potencial para isso. E foi uma das coisas também que fez eu entrar na política também, sabe? Por entender que eu poderia contribuir para alguma coisa diferente. (SILVANO, 2024)

Seu pai foi um dos fundadores do MDB em Turvo e que, de acordo com ela, foi uma de suas inspirações para ingressar na política: “ele trazia muito essa... esse fervor, sabe? Essa coisa partidária. E eu acho que isso também contribuiu para que eu também viesse, né? Viesse ser

candidata.” (SILVANO, 2024)

Ela complementa seu pensamento, com um gesto, levando a mão a orelha, simulando um rádio de pilha, dizendo que:

No dia de eleição, só o que a gente via, meu pai no radinho aqui (leva a mão a orelha, simulando um rádio a pilha), escutando, escutando de voto a voto, sabe? Aquela coisa, participava sempre das reuniões, enfim. Ele era envolvido na política. E foi ali que eu cresci observando e gostando da política.(SILVANO, 2024)

Além de seu pai, Cleonice destaca o fervor de outros membros da família como de sua avó que: “era muito militante do MDB. A minha avó, se passasse uma carreta do MDB, ela ia com a muleta para a frente da casa com a bandeira, sabe? Ela enlouquecia, ela enlouquecia.

Apesar de oriunda de uma família envolvida no cenário político municipal, ninguém da família Lima Silvano havia tido um cargo eletivo, fazendo com que Cleonice fosse não somente a primeira mulher da casa a se candidatar, mas também a primeira da família:

ninguém da minha família foi candidato ou teve algum cargo eletivo desse, nunca teve. Mas aí eu fui convidada para entrar, naquele momento eu precisaria me ausentar do posto de saúde, porque tu não pode fazer campanha política e estar dentro do serviço público, né? Então naquele momento eu fui convidada para ser candidata. (SILVANO, 2024)

Apesar do convite a de confiança do partido, Cleonice relutou em participar da candidatura:

Pensei muito, relutei muito, por ser mulher, por a gente entender a grande dificuldade do que é ser mulher na política, né? A gente sabe que tem essa dificuldade muito grande, mas sei também que alguém tem que quebrar esse... alguém tem que quebrar esse muro, né? Então eu disse, por que não eu, né? Então eu fui. (SILVANO, 2024)

Mesmo aceitando, ela sentia um certo desconforto em fazer parte da candidatura, não apenas por ser sua primeira vez na cena partidária, mas por ser uma mulher candidata:

Naquele momento, dentro do meu partido, eu era a única mulher candidata. E foram dias difíceis, porque eu não conhecia a política, não sabia pedir voto, tinha vergonha de chegar nas pessoas e pedir um voto. A impressão que eu me dava é que eu estava fazendo alguma coisa errada, mas não era, era certo, mas a gente não está acostumada com isso. Então foi uma campanha bem difícil, porque eu também não tinha outras mulheres para me espelhar ou para me ajudar, ou que estivessem no mesmo caminho que eu, para eu poder entender também. Tinha só os homens, mas os homens eram difíceis de sentar, de conversar com eles, porque eles não paravam, não tinham o olhar que a mulher tem. (SILVANO, 2024)

Apesar de não conseguir se eleger em 2008, Cleonice não fez de sua derrota algo traumático, pelo contrário, isso a fortaleceu, a reafirmou:

Eu posso e devo. Então, se eu conseguir fazer uma votação (230 votos), que eu não esperava que eu iria fazer aquela votação. Então, ali me deu mais gás para continuar na política. E acreditando que a gente pode sim, que a gente deve. E também tentando, dali em diante, eu tentei incentivar outras mulheres, muitas mulheres que foram candidatas desse tempo para cá, teve a minha mão, a minha conversa, passei a situação para elas, o que era ser candidata, como foi a minha primeira vez ser sozinha, subir num palco, só tinha homem, era só eu de mulher, era bem... muito complicado. E naquelas outras eleições que viriam, já tinha mais mulher, porque daí já existia aquela lei que era o 30%. (SILVANO, 2024)

Na eleição de 2012, mesma eleição onde Cleonice foi eleita, outra mulher também alcançou o número de votos para fazer parte do legislativo turvense. Gizeli Estevam Baesso foi professora e diretora de escola no município de Turvo/SC. Formada e pós-graduada em matemática, começou a lecionar no ano de 2003 na cidade. Em 2009 foi diretora da Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde construiu e apresentou o projeto de municipalização da instituição, com isso Gizeli foi convidada para ser candidata a vereadora pelo MDB na eleição de 2012

Desde o início de sua carreira fez política, porém em uma relação mais vertical. Ela conta que, “sempre fui aquela pessoa do bairro que sempre fazia alguma coisa em benefício das crianças, entendeu? Aí tinha alguma rifa, era eu que ia vender, tinha alguma reunião de comunidade, era eu que ia lá fazer”. (BAESSO, 2024)

Diferente de Cleonice que fez sua carreira em uma política mais estatizada, dentro da câmara e da secretaria de saúde, Gizeli nos mostra um outro lado, uma política mais social, feita de baixo para cima, da comunidade para a câmara, e será essa política que irá influenciá-la a entrar na política partidária, com a perspectiva de poder mais para a comunidade, propondo mais projetos: “a expectativa que eu tinha é que eu entraria na política e eu ia conseguir fazer mais projetos, entendeu? Pra comunidade e tal” (BAESSO, 2024).

Gizeli Estevam Baesso será vereadora do município de Turvo/SC de 2012 até 2020, quando optou por não concorrer novamente ao pleito daquele ano.

No ano de 2020, a cidade de Turvo/SC teve cinco suplentes mulheres, além de uma vereadora, que na ocasião era Cleonice Lima Silvano. Uma dessas cinco, era Maria Eliane da Silva. Formada em Educação física, desde cedo teve interesse pelo esporte, foi atleta pelo município e decidiu levar seu apreço a atividade física para seu futuro profissional. Trabalha com esportes desde o ano de 1996, quando começou a lecionar em escolas de Turvo e região: “Meu envolvimento com o esporte começou desde muito cedo, eu era atleta do Jerva, atletismo e handebol. Quando fui para a faculdade, me envolvi com futsal, futebol de campo e ali criei gosto mais ainda pelo esporte. Me concursei e comecei a trabalhar, a lecionar.”

Após anos trabalhando nas escolas do município, ela foi convidada a ser uma das

treinadoras municipais, exercendo um papel dentro da diretoria do esporte como uma das responsáveis pelas práticas dos esportes oferecidos pela prefeitura municipal, e foi nesse meio que recebeu sua primeira sondagem a participar das eleições de 2020 como vereadora:

eu nunca tive pretensões em questões políticas de ser candidata a vereadora. Mas, diante de algumas circunstâncias e algumas conversas com as lideranças políticas de Turvo, foi viabilizado o meu nome para concorrer à Câmara de Vereadores, concorrer à vereadora, me apresentaram o projeto e eu aceitei o projeto, e aceitei o desafio. (SILVA, 2024)

Eliane ainda complementa a influência que sua família teve dentro de sua perspectiva política:

Meu pai, enquanto vivo, meu pai era um cara muito ativista político, trabalhou para vários candidatos a prefeito no Turvo, vereadores, ele era um cara que sabia fazer política. Infelizmente, eu perdi, então, o meu maior... Ele seria o meu maior ativista, o meu maior trabalhador político dentro da política. Mas, em casa, éramos eu e a Sheila, e nós nunca... não tínhamos essa conversa. Mas, porém, a minha família, sim. Minhas irmãs, meus cunhados, também sempre foram ativistas políticos, sempre foram trabalhar envolvidos com a política do Turvo, do nosso município. E, aí, no dia em que me apresentaram o projeto, até levaram a minha irmã para me meter uma pressão, para ter uma conversa mais... mais, assim, mais amigável, de família, para que eu fosse candidata a vereadora. (SILVA, 2024)

A família, principalmente a figura do pai, e o trabalho se mostram os principais fatores para a construção dessas mulheres na política, ambas as três entrevistadas referenciam seu trabalho como ponto de partida para ingressarem em partidos e campanhas. A própria ideia de mulheres ocupando lugares no mercado de trabalho já demarca um processo de estar pertencendo a algo que antes era destinado ao público masculino, e, nada mais justo, que o próximo passo seja desbravar cenários que até então eram desconhecidos pelas mulheres turvenses: a política partidária e a câmara dos vereadores.

Ambas as três cederam seus relatos para a construção deste artigo, e apesar de serem vereadoras, elas possuem uma visão diferente tanto dos problemas enfrentados em suas primeiras candidaturas quanto na atual conjuntura das mulheres na política turvense.

Antígonas vs Creontes: Machismo, embates políticos e perspectivas de futuro

A conquista desse espaço entre as lideranças do legislativo turvense marcou não somente uma vitória, mas também um exemplo de resistência perante a sociedade, principalmente quando observa-se o cenário político antes de depois de 2012. Os desafios

presentes dentro da cena político partidária do município seriam vistos e sentidos por cada uma delas de uma forma singular e pessoal, algumas de forma mais branda, outras de forma mais violenta.

Ao passo que Cleonice foi para a Secretaria da Saúde, Gizeli ficou exclusivamente na câmara, sendo inclusive presidente da câmara dos vereadores em diversas ocasiões. Enquanto na presidência, ela propunha que os vereadores chegassem mais cedo para a apresentação das pautas e projetos do dia, porém ela conta que:

eu fui a primeira mulher presidente da Câmara. Eles, tipo assim, como eu era mulher e eles eram um pouco arrogantes, tipo assim, ... 6 horas vamos estar aqui porque a gente tem que estudar o projeto, a gente tem que ver como é que vai ser o projeto e tal e tal, ninguém aparecia, eles apareciam 10 para as 7, 15 para as 7 ou 7 e meia. (BAESSO, 2024)

Ela ainda complementa que:

era melhor a gente discutir, conversar, ver o que era melhor, mas assim, por eu ser mulher, às vezes eles não queriam, tipo, seguir o que eu tava pedindo, entendeu? Então, é todo um problema, assim, já enfrentei muito isso, sabe? Por ser mulher. Eu não desisti mesmo porque, tipo assim, não, eu vou continuar, vou chegar até o fim, mas assim, bem complicado o machismo dentro da política. (BAESSO, 2024)

Essa luta por espaço é vista frequentemente nos relatos de Cleonice e Gizeli, ambas citam casos em que, por serem mulheres, necessitam fazer mais esforço para serem ouvidas e para participarem mais ativamente das discussões parlamentares.

sempre tive que lutar por um espaço, se existia uma eleição para uma mesa diretora, para qualquer coisa, meu nome nunca estava no meio, eu tinha que brigar para estar no meio, mas brigar de forma, não brigar como diz o outro, tu entende, de forma a fazer eles entenderem que eu estava ali, que eu poderia. (SILVANO, 2024)

Ela também irá criticar o distanciamento e indiferença dos demais candidatos:

tiveram várias dificuldades, e eu sempre digo que as várias dificuldades que houve, muitas delas foram por ser mulher, por a gente estar ali tentando fazer alguma coisa que é diferente, que não é o normal. Então, sentia um certo, não sei se era tipo distanciamento de alguns candidatos, se tu colocava, hoje a gente tem algo para gravar, primeiro é dos homens, depois as mulheres. (SILVANO, 2024)

Ao analisar os discursos de Cleonice e Gizeli, observa-se que ambas tiveram problemas similares durante suas carreiras, principalmente com a falta de espaço dentro das discussões parlamentares. Fato que não foi pontuado por Maria Eliane, que ao ser perguntada sobre o relacionamento com os demais colegas, tanto de seu partido (PP) quanto de seus opositores

políticos, destacando a ausência de discussões mais acaloradas com ambos:

eu nunca tive problema com os meninos, nem com as outras candidatas que representavam as mulheres, né? E eu sempre me dei muito bem com eles, até porque cada qual respeitava os seus espaços e sabia do seu poder de campanha. Então, a gente sempre se deu muito bem, a gente se dá bem até hoje, eu tenho um carinho muito grande por todos eles (...) foram sempre muito receptivos comigo, sempre tive uma relação muito estreita com esse pessoal, uma relação de amizade. Então, não foi difícil, não. Nessa parte, eu acho que foi bem tranquilo, foi bem harmonioso. (SILVA, 2024)

Apesar disso, ela relata que ainda considera a política como algo feito exclusivamente aos homens:

com os meus companheiros, com os meus amigos de campanha, a gente nunca chegou a ter embate. Embora eu considero ainda a política, uma política machista, uma política só para homens, que não... Talvez tenha até outro termo que a gente possa usar, que seja menos agressivo, mas eu ainda considero a política uma coisa machista. (SILVA, 2024)

Curioso notar que mesmo ela não apresentando nenhum problema ou conflito sofrido no âmbito político partidário, Maria ainda vê a política como um lugar produzido para e pelo homem, mostrando, ainda que não aparente, a existência de uma dicotomia entre a mulher e a política partidária, como se ambas não pudessem, ou não devessem, andar em conjunto. Tal discurso, de que a mulher deve ser recatada e do lar, quebra a sua não participação nas políticas de âmbito legislativo, visto que a dita “mulher do lar” sempre fez sozinha a política da casa, em seu trabalho e nos mais variados âmbitos da sociedade (COSTA, GONÇALVES. 2021, pag. 107).

O machismo presente dentro da sociedade contemporânea é muitas vezes mascarado por micro atos de violência que podem passar despercebidos aos homens, afinal são eles que executam tais atos. Sendo propositais ou não, acaba-se por vitimar uma população que foi e ainda é marginalizada, principalmente no âmbito político partidário. Cleonice percebeu isso nos discursos e no tempo que cada candidato possuía, isso durante a pré-eleição de 2008, onde ela conta que: “se o homem tinha 30 minutos de fala, a gente podia ser só 15”.

Ao refletir sobre esse silenciamento parcial em sua fala durante a campanha, é possível compreendê-lo de algumas maneiras distintas: a primeira seria uma ideia de fragilidade, que ela poderia falar menos pois seu discurso não era necessário como o dos homens. Mas também há uma segunda forma de observar o fato, afinal uma possível vitória de uma mulher poderia sinalizar o fim de uma hegemonia política, mostrando também a outras mulheres que seria possível, que a política partidária também é um caminho plausível, em outras palavras, esses mulheres podiam, e provavelmente o faziam, causar medo aos homens.

Esse fato, gera um padrão, relatado por COSTA e GONÇALVES(2021, pág. 100), que é o de estereotipar a mulher como “fraca, sem pulso” ou “castradora, mandona, autoritária que assusta os homens”. Ambos os extremos acabam por menosprezar a capacidade daquelas mulheres.

Pensamento esse que, muito provavelmente, acaba por ser passado às mulheres na comunidade. Segundo Cleonice, um dos seus maiores desafios foi se comunicar com as mulheres e mostrar a elas que era necessário uma representante feminina dentro da política legislativa do município:

foi muito cultural (em Turvo) eleger homens, até um tempo atrás, então a dificuldade maior era que as mulheres votassem em mim, como mulher, se nós somos aí, praticamente a maior parte da população é feminina, então a gente não entendeu porque a mulher não votava em mulher, então acho que a dificuldade era eu tentar pôr isso para as mulheres, colocar na cabeça delas que elas deviam eleger uma mulher. (Silvano, 2024)

A ideia da necessidade de convencer as demais mulheres a voltarem nas candidatas à câmara navega entre o confuso e o incoerente, porém, podemos refletir um pouco quando Michelle Perrot diz que: “Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma mulher política, parece à antítese da feminilidade, a negação da sedução, ou ao contrário, parece dever tudo a ela. Daí os bloqueios, as resistências, que atingem, ao mesmo tempo, o governo e a representação.” (AMORIM, 2014 *apud* PERROT, 2005, p.153).

A normalidade da hegemonia masculina nas câmaras pode ter trazido a imagem de que aquilo era exclusivamente masculino, fazendo com que as eleitoras não enxergassem aquelas candidatas como representantes das mulheres, ou pior, as vissem como candidatas mais fracas e menos capazes por seu gênero.

Ainda sim, vide todos os problemas enfrentados por elas, Gizeli, Maria Eliane e Cleonice fazem análises positivas sobre suas passagens, apesar de possuírem visões diferentes sobre o futuro da política turvense.

Cleonice Lima Silvano destaca seu compromisso com o cargo e que, mesmo após tanto tempo na política municipal, se considera íntegra consigo mesma:

eu estou no caminho certo, eu estou fazendo o trabalho certo, que eu sou uma pessoa de responsabilidade, que eu assumo as coisas que eu falo que eu tenho que assumir, que eu proponho em plano de gestão, em qualquer coisa numa hora de uma campanha, isso quer dizer que eu faço o trabalho bem feito. Então isso me dignifica, sou a mesma pessoa, independente de qualquer coisa. Quando eu comecei em 2008, como agora em 2024, eu sou a mesma Cleonice. Infelizmente tu sabe que poder, e o poder político principalmente, muitas vezes muda as pessoas, e as pessoas começam de uma forma e terminam de outra. (SILVANO, 2024)

Ela ainda complementa dizendo que, após 2028, quando termina seu 4 mandato consecutivo, não pretende prosseguir na carreira de vereadora, mas não nega voos mais altos: “Sinceramente eu espero que seja a última de vereadora, porque são cinco (como candidata a vereadora), é difícil também, a gente já tem um pouco, não é velha, mas já tem a idadezinha da gente, agora se tiver que ser candidata é a prefeita, é a vice” (SILVANO, 2024)

Quando perguntada sobre sua perspectiva para o futuro das mulheres e da maior representação feminina da história da câmara de Turvo, vide que durante a produção deste artigo, aconteceram as eleições em âmbito municipal, onde foram eleitas 3 mulheres, incluindo Cleonice Lima Silvano, para o legislativo de 2025-2028, ela não esconde sua positividade, tanto sobre a nova legislatura municipal, quanto ao número de mulheres na câmara:

a minha perspectiva é muito boa, porque como eu disse para ti, a gente vem de uma luta grande para colocar mulheres no poder legislativo, então tivemos sempre essa dificuldade, pela primeira vez tivemos três mulheres, agora como tu mesmo explicou, são 33%, também falei no meu discurso que a galeria Lilás vai aumentar agora, então temos só duas, que é eu e a Gizeli, agora vai ter mais duas fotinhos de mulheres, então a história política da mulher está mudando aos poucos. O que eu espero, uma das coisas que me fez também ser candidata novamente, é por medo de a gente perder, não que eu achava que iria me eleger, mas a gente tem um pouquinho mais de trabalho, então poderia ter êxito e não perder a vaga feminina, então para a surpresa de todo mundo, além de uma, tivemos mais duas vagas femininas. (SILVANO, 2024)

Alguns dos trabalhos propostos por Cleonice durante sua passagem como vereadora atuante na câmara foram as resoluções N° 03/21⁵ e N° 04/22⁶, ambas relacionadas às mulheres, sendo a primeira visando a criação da “Procuradoria da Mulher no âmbito da Câmara Municipal de Turvo-SC” com intuito de “discutir e alavancar políticas de gênero no Legislativo Municipal” além de “participar ativamente do combate à violência e discriminação contra a mulher”. Já a segunda trata-se da criação da “Galeria Lilás” com o intuito de “resgatar a história das mulheres Parlamentares no legislativo municipal, sejam elas eleitas ou suplentes” e tem como justificativa:

resgatar a história e homenagear todas as mulheres que passaram por esta casa, reconhecendo sua coragem e determinação na busca pelo espaço feminino em uma sociedade historicamente dominadas pelo homens. As Mulheres que passaram por esta casa tiveram importante papel na sociedade turvense, contribuindo para sua evolução e aperfeiçoamento. A Galeria Lilás reconhecerá quem já fez o seu papel e incentivará a participação de novas mulheres no meio político e nos cargos de relevância da sociedade. (Projeto de Resolução n° 04/22)

⁵ Projeto de Resolução N° 03/21, de 27 de Julho de 2021. Art. 3° II-Fiscalizar e acompanhar a execução de programas do governo estadual e municipal, que visem a promoção da igualdade de gênero, assim como a implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de âmbito estadual e municipal;

⁶ Projeto de Resolução n° 04/22, de 01 de Dezembro de 2022. Art. 1° Fica criada a Galeria Lilás na Câmara Municipal de TURVO – SC, com o objetivo de resgatar a história das mulheres Parlamentares no legislativo municipal, sejam elas eleitas ou suplentes.

Maria Eliane da Silva também faz um balanço positivo sobre sua passagem pela política turvense, onde destaca seu aprendizado e visão da política municipal:

Tudo é aprendizado. A gente pode dizer que é piegas, ou sei lá, pode dar o conceito que quiser, mas tudo é aprendizado, tudo a gente vem para acrescentar e fazer a gente crescer em todas as formas. Eu aprendi mais sobre política, eu aprendi mais sobre o conceito da política, e como funciona uma Câmara de Vereadores, como funciona a política em si, porque acredito que quem está fora a gente tem uma visão de que tudo lá dentro ou é embate ou ninguém faz nada, ou é briga, só vão para lá para brigar ou ninguém faz nada. Mas é assim, tem as suas discussões dentro da política, tem, mas ao final da discussão parece assim, que todo mundo está buscando o mesmo objetivo. (SILVA, 2024)

Eliane ainda complementa citando a importância do seu trabalho estando a frente da diretoria do esporte no município e não esconde sua realização pessoal pelo serviço prestado:

no final do ano, eu me desligo do departamento de esporte, eu me desligo da vida pública, então eu vou alçar outros caminhos, outros projetos que eu tenho em mente, mas com uma realização pessoal muito grande, porque eu sempre trabalhei para chegar onde eu cheguei, eu me envolvi na política por ideologia política, por acreditar naquele projeto político, mas eu me envolvi no esporte porque eu gosto do esporte, eu sou formada em Educação Física, eu acredito que o esporte é um terceiro pilar para nós trazermos as nossas crianças, além da educação, além da segurança, mas ele é um pilar que está atrelado à saúde, ele está atrelado ao bem-estar da criança, então, quando a gente tem as nossas crianças envolvidas com o esporte, a gente está tirando as nossas crianças do sedentarismo, da ociosidade, das ruas, do celular, (...) quando eu vejo o nosso ginásio lotado de crianças, os nossos campos lotados de crianças, o nosso futebol com os nossos adolescentes, isso é importante para mim. A cadeira, o status de ser diretora de esporte, estar no cargo de chefia, isso não é importante. O importante é você ter que saber que o seu trabalho trouxe benefícios para um monte de crianças, para uma geração inteira. (SILVA, 2024)

Sua atuação ficou mais ligada à pasta do esporte e menos à câmara dos vereadores, fazendo um trabalho mais localizado na área em si, tendo uma participação menor que as outras entrevistadas, principalmente pelo fato de Maria Eliane ter conquistado o cargo de suplente, e não de vereadora.

Gizeli Estevam Baesso trará uma experiência distinta, não relatada anteriormente pelas outras entrevistadas, mostrando um pouco de suas frustrações, principalmente com a politicagem dentro dos locais de poder:

a política, ela se torna uma politicagem, né? Então assim, ah, tu entra, principalmente acho que as mulheres, elas entram achando que, ah, pelo melhor da comunidade, o melhor às vezes da comunidade, não é o melhor do que o partido acha que tem que ser, entendeu? Então assim, quando tu entra dentro da Câmara, muitas vezes tu tem que fazer algumas coisas que tu não acha que aquilo seria prudente tu fazer, tu não faria, se tu não tivesse dentro da Câmara (...) ah, tu não gostou de tal coisa, mas muitas vezes tu não pode falar que tu não gostou, porque tu tá dentro do partido, porque tu tem que aprovar aquilo que é melhor pro prefeito naquele determinado momento, entendeu? Então assim, às vezes tu diz, pá, isso aqui não vai dar certo, não é legal eu fazer isso aqui, né? Na tua concepção, na tua ética e tal, tu diz, não, isso aqui não é bom, mas às

vezes tu tem que fazer porque é melhor pro partido, porque é melhor pro prefeito naquele exato momento, então tu tem que seguir aquilo ali, mas assim, é meio complicado, entendeu? (BAESSO, 2024)

Baesso ainda fará uma crítica dura ao despreparo de alguns dos representantes políticos do município:

O maior erro dos vereadores hoje que tem dentro do município, eles não tem escolaridade que teria que ser, entendeu? Tipo assim, tem vereadores que eu não achava correto, às vezes eles não sabem nem ler, como é que eles não sabem ler, como é que eles vão interpretar um projeto que tá vindo. Ah, mas assim, tu investe tanto na educação e tal e tal, e aí tu vai lá pro vereador e vai ler tua coisa, mas o vereador não sabe nem o que que é aquilo, o que que aconteceu, não sabe se é bom, se vai ser bom, se vai ser ruim e tal, mas ele tá aprovando porque alguém pediu pra ele aprovar. Então assim, aquilo ali pra mim me frustrava, entendeu? Porque assim, quer dizer que tu estuda tanto, ah, tu incentiva teu aluno a fazer uma faculdade, tu incentiva teu aluno a fazer um mestrado, um doutorado, e aí tu vai lá, os vereadores não tem nem até a quarta série. Semi-analfabetos. (BAESSO, 2024)

Apesar disso, possuí uma perspectiva positiva quanto a melhora dos atores político partidários no município: “eu acredito que vai mudar, sabe? Conforme vai indo os vereadores, a população vai entendendo que tu tem que votar naquelas pessoas que tem condições, né, de reger o município. Não por causa de um partido, ou por causa de um grupo”(BAESSO, 2024)

Ao final, Gizeli teceu sua análise sobre a participação das mulheres durante as eleições, dizendo que hoje acredita que o cenário é muito mais democrático e que “chegaram num ponto que se igualou” com os homens:

Eu acho que o Turvo, ele não tem mais essa de “as mulheres estão aqui e os homens estão aqui”(fazendo um movimento com as mãos, ela coloca uma mão mais abaixo e outro mais acima, com o sentido de demonstrar disparidade), entendeu? Eu acho que se igualou. Eu acho que se igualou. Hoje a população, pra votar numa mulher ou votar num homem, pra eles é tudo igual. Na minha opinião, hoje. Mas há oito anos atrás, não. “Ah, é pra mim votar numa mulher, mas nunca entrou ninguém, nunca entrou uma mulher, elas não sabem”, entendeu? “Não é um ambiente pra elas” e tal. Então assim, pra ti votar numa mulher, tu já sofria tudo isso. Então hoje se igualou. hoje, se eu perguntar pro meu filho: tu vota numa mulher ou tu vota num homem? eles vão dizer assim: “ah, depende do candidato, pra mim é tudo igual”. A nova geração, entendeu? A gente tá indo pra nova geração que pra eles tá tudo igual. (BAESSO, 2024)

Gizeli ainda comentou que, a inserção da mulher na política melhorou diretamente na capacitação dos candidatos, já que agora os homens deverão se preparar mais, e não apenas serem homens:

Eu acho que os homens vão começar a entender que eles vão ter que estar mais preparados. Entendeu? Então assim, pode ser que na próxima tenham menos mulheres. Porque eles vão entender que eles vão ter que estar preparados. Porque, ah, é muito fácil. Ah, eu sou homem, eu vou lá me candidatar. Não, eles vão ter que estar bem preparados pra ser [eleitos]. (BAESSO, 2024)

Gizeli Estevam Baesso foi a primeira mulher no município de Turvo a ser presidenta da câmara de vereadores de Turvo, e, entre suas diversas participações na tribuna e nas votações, destacam-se alguns projetos como a municipalização do EJA de Turvo, tornando-o responsabilidade do executivo da cidade, isso no ano de 2009, antes mesmo de ser vereadora no município; o Projeto de Lei PLL nº. 12/2013 que “Institui a campanha de conscientização e combate aos crimes de violência praticados contra a mulher no município de Turvo.” e a implementação do plano diretor, onde ainda como presidente conseguiu retirar o plano diretor da “gaveta” e colocá-lo em diálogo na câmara.

A participação dessas mulheres na vida pública, principalmente dentro da câmara de vereadores, trouxe diferentes perspectivas tanto para sua formação como cidadãs quanto para sua visão da política municipal, além de agregar na sociedade turvense, tanto pelo diálogo e serviço quanto pela representatividade que essas mulheres representam dentro da comunidade.

Considerações finais

Ao discutir a história, muitas vezes deixamos de lado as experiências das pessoas perante situações e acontecimentos em que foram protagonistas. Foi na tentativa de contrapor a essa máxima que nesse artigo, a experiência de ouvir a voz e interagir com pessoas que fizeram a história foi de um valor inigualável. O ato de ouvir é cada vez mais importante para o registro de uma história mais humanizada e social, fazendo com que ao ouvir as vozes, observar os gestos, sorrisos, caretas, entre outras linguagens corporais, enriquece a compreensão de fatos que estão, em sua maioria, ausentes dos documentos oficiais, além de possibilitar conhecer diferentes perspectivas sobre a experiência de participar da política municipal, cada uma com seus ideais e visões de mundo.

As visões de mundo delas e suas perspectivas, apesar de ímpares, quando postas lado a lado fazem completo sentido, principalmente quando se compreende que elas atuaram de formas diferentes, em lugares diferentes e em contextos diferentes. Nada mais honesto com elas mesmas do que possuírem visões que podem parecer inversas, mas como são mulheres únicas, tanto em sua formação política quanto cidadã, fazem jus a proposta dessa pesquisa. Portanto, observar suas maneiras de ver a política é essencial para dialogar com a história do município de Turvo/SC e com a ascensão e luta das mulheres turvenses para conquistar esse lugar de destaque.

Apesar disso, acredito que ainda há necessidade de mais, e aqui me refiro a não apenas mais mulheres na política ou em locais de poder e liderança, mas pessoas com o pensamento e a ideia de fazer diferente para as mulheres, e demais comunidades marginalizadas,

proporcionando uma sociedade mais igualitária e justa. Não é apenas o fato de mulheres fazerem parte de locais de liderança que elas irão propor reformas e ideias para uma cidade mais democrática, é necessário sua presença, mas principalmente que ela não corrobora com um pensamento machista que é conivente com ações sexistas e que discriminam pelo gênero.

As vereadoras presentes nesse trabalho fizeram não somente ao município, mas também as mulheres de Turvo/SC, com sua representação e projetos que abrangiam como um todo a sociedade turvense.

Elas marcaram a história do município e quebraram uma hegemonia masculina presente durante décadas, apesar de ainda existirem lutas a serem travadas para que essas perspectivas e direitos não se percam no meio de discursos retrógrados que assombram nossa sociedade, sempre vinculando a diversidade e participação democrática como um ataque “aos bons costumes e a moral da família”. Apesar de sabermos que a origem dessa frase esta embasada em argumentos machistas e sexistas que temem a participação livre de pessoas com pensamentos pró populações historicamente marginalizadas, como é o caso das mulheres

2. Referências

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

ALMEIDA, Ludmila Chaves. **PPB**: origem e trajetória de um partido de direita no Brasil. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2005.

AMORIM, Marla Luiza de Andrade. Romper o silêncio e ocupar o poder: Uma breve análise sobre as mulheres na política e a Lei de Cotas no Brasil.

AMORIM, Marla Luiza de Andrade et al. Quando as mulheres entram em cena na política em Joinville (1980-2014). 2015.

AMORIM, Marla Luiza de Andrade. Mulheres e política: notas sobre abordagens e Tempo Presente. In: **II Seminário Internacional História do Tempo Presente-ISSN 2237 4078**. 2014.

ARAÚJO, Clara. **Valores e desigualdade de gênero**: Mediações entre participação política e representação democrática. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 16, n. 2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892016000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun 2024.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?**. Editora Bertrand Brasil, 2018.

“As minhas famílias”: gênero, trabalho de cuidados e produção de subjetividades na atuação de mulheres agentes comunitárias de saúde. (2023). *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 26, e-193183. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.193183>

Ata da 40a Sessão Ordinária de 2013. Disponível em:

https://www.camaraturvo.sc.gov.br/atas/sessao_ordinaria/2013/1/0/152>. Acesso em: 30 out. 2024.

Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965. Diário Oficial da União, Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 27 out. 1965. Seção 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Acesso em: 30 out. 2024.

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política. vol. 1. **Brasília: Editora Universidade de Brasília**, v. 674, 1998.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 de ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.100, de 29 de setembro de 1995. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.100

Câmara Municipal de Turvo/SC. Disponível em: <https://www.camaraturvo.sc.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2024.

Câmara Municipal de Turvo/SC. Disponível em:

<https://www.camaraturvo.sc.gov.br/proposicoes/Projetos-de-Resolucao/0/1/139>>. Acesso em: 30 out. 2024.

COLODEL, Samuel. **Turvo: Terra e Gente**. Florianópolis: DIOESC, 2016.

DA COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**, v. 12, n. 1, p. 97-111, 2021.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004

MASCHIO, Jane Justina. Eficácia/ineficácia do sistema de cotas para as mulheres. **Resenha eleitoral: nova série**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 46-62, 2003.

Tribunal Superior Eleitoral. Cota de 30% para mulheres nas eleições proporcionais deverá ser cumprida por cada partido em 2020. Brasília. 11 de março de 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/cota-de-30-para-mulheres-nas-eleicoes-proporcionais-devera-ser-cumprida-por-cada-partido-em-2020>. Acesso em: 21 de março de 2024.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Mulheres no Parlamento em 2024: Situação em 1º de outubro de 2024. Disponível em: https://data.ipu.org/women-ranking/?date_year=2024&date_month=10

3. Anexos

ANEXO A - Roteiro para entrevista:

1 - Dia, hora, local, qual a finalidade e pedir autorização da entrevistada pelo nome completo da entrevistada.

Bloco I: Início na política

2 - No início de sua carreira, quais eram suas expectativas?

3 - Quais foram os desafios enfrentados por você no meio político?

Bloco II: Relações e conflitos

4 - Como era a sua relação com os companheiros de partido? Existiam embates? Quais motivos? Exemplos?

5 - Havia conflitos de gênero? Quais? Como você percebe as relações de gênero na câmara?

Bloco III: Vida depois da política

6 - Como você avalia sua trajetória na política?

7 - Como a política afetou sua vida?

8 - Quais suas perspectivas para as mulheres na política turvense?

9 - Encerrar com um recado para as mulheres que desejam ingressar nesse meio

ANEXO B - Termo de Autorização para uso de Imagem e Som

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu,

_____, inscrita no CPF sob
nº _____, residente no endereço

Data de nascimento: _____

AQUI, consente em ceder à *Augusto Scarabelot Trichês*, inscrito sob o CPF 06499705942 o direito para gravar e/ou fotografar, imagem e/ou voz em filme, fita, vídeo ou digitalmente para ser utilizado na produção do projeto de entrevistas orais, intitulado “Começos, Caminhos e Rumos: a trajetória política das mulheres em Turvo”. A realização das gravações e capturas de imagens/som ficará a cargo da *Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc*, inscrita sob o CNPJ 83.661.074/0001-04, por meio de seus colaboradores.

Além disso, permito ao produtor o direito de usar ou reproduzir meu desempenho, imagem e/ou voz em todo ou em parte para fins de pesquisas educacionais e acadêmicas de qualquer natureza, marketing, promoção, publicidade, transmissão ou de outra forma como o produtor achar adequado, sem limitação em todos os territórios do mundo.

Além disso, reconheço que o produtor possui os direitos autorais em perpetuidade de qualquer material que contenha minha atuação,

semelhança e/ou voz proveniente da produção em todos os territórios do mundo.

Além disso, eu, AQUI, libero o produtor de todas e quaisquer reclamações, danos, responsabilidades, custos e despesas de qualquer natureza, decorrentes do meu envolvimento na produção.

Finalmente, EU CONCORDO QUE li e entendi o acima escrito e que o acima tem o efeito de um contrato legal, e que busquei aconselhamento jurídico em relação a qualquer aspecto do conteúdo desta autorização de uso de imagem e voz que não entendi por minha própria iniciativa.

Por ser esta a expressão da minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem e voz ou a qualquer outro. Portanto, assino a presente autorização.

ASSINATURA: _____
DATA: ____ / ____ / ____